## POLÍTICA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS AUTORAIS

Nós do <u>COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA.</u>, mantenedora da **FACULDADE CERS**, adiante referido apenas como "FACULDADE CERS", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.403.264/0001-06, com sede na Rua Dona Maria César, 170, sala 0102-E, Recife/PE, CEP: 50.030-140, a fim de orientar Você, "Aluno", "Usuário" e/ou "Visitante" (definições nos Termos de Uso) do *Site* e do Ambiente Virtual de Aprendizagem do CERS ("Plataforma"), disponível em https://faculdade.cers.com.br,

## **CONSIDERANDO** que,

- a) A FACULDADE CERS detém exclusividade na gravação, disponibilização, comercialização e negociação das videoaulas e demais materiais de apoio dos CURSOS constantes na sua Plataforma, doravante denominado em conjunto como "Conteúdo";
- **b)** As videoaulas só podem ser veiculadas, adquiridas e assistidas na Plataforma, disponível no *site* oficial <a href="https://faculdade.cers.com.br">https://faculdade.cers.com.br</a>
- c) Há proibição de cópia, reprodução, armazenamento, cessão e transmissão das videoaulas por Você "Aluno", "Usuário" e/ou "Visitante" e terceiros;

Resolvemos estabelecer a presente **POLÍTICA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS AUTORAIS**, nos seguintes termos:

- 1. Os direitos sobre o Conteúdo contido na Plataforma pertencem à FACULDADE CERS, o qual despendeu grandes investimentos em infraestrutura tecnológica e na contratação de professores e profissionais de elevada capacitação técnica e científica.
- 2. O Conteúdo disponível na Plataforma consiste em material protegido pela legislação brasileira, sendo certo que, por ser o detentor dos direitos sobre o Conteúdo disponível na Plataforma, a **FACULDADE CERS** detém direito <u>exclusivo</u> de usar, fruir e dispor de sua obra, conforme artigo 5º, inciso XXVII, da Constituição Federal e os artigos 7º e 28, da Lei 9.610/98.
- **3.** A divulgação e/ou veiculação do Conteúdo em *sites* que não a Plataforma e sem a devida autorização da FACULDADE CERS, pode configurar violação de direito autoral, nos termos da Lei 9.610/98, inclusive podendo caracterizar conduta criminosa, conforme artigo 184, §1º a 3º, do Código Penal reproduzido a seguir:

Violação de direito autoral

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Na mesma pena do § 1o incorre quem, com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito, original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente.

§ 3º Se a violação consistir no oferecimento ao público, mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para recebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, com intuito de lucro, direto ou indireto, sem autorização expressa, conforme o caso, do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor de fonograma, ou de quem os represente:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

- **4.** É considerada como contrafação a <u>reprodução não autorizada</u>, integral ou parcial, de todo e qualquer Conteúdo disponível na Plataforma.
- **5.** A FACULDADE CERS, ao verificar que teve o Conteúdo disponível em sua Plataforma fraudulentamente reproduzido, divulgado, utilizado, comercializado ou adquirido, poderá requerer a suspensão da divulgação pelo responsável, sem prejuízo da adoção das medidas inibitórias, indenizatórias e repressivas, no âmbito cível e criminal.
- **6.** Caso o Conteúdo disponibilizado na Plataforma seja indevidamente reproduzido e/ou utilizado em outro *site*, caberá ao responsável pela contrafação e/ou plágio indenizar a FACULDADE CERS.
- **7.** Não havendo forma de demonstrar e comprovar o prejuízo causado com a divulgação do material, o cálculo da indenização material será feita com base no

parágrafo único, do artigo 103, da Lei 9.610/98, o qual dispõe que, nesta hipótese, o transgressor deverá pagar o valor de 3.000 (três mil) cópias do conteúdo:

Art. 103. Quem editar obra literária, artística ou científica, sem autorização do titular, perderá para este os exemplares que se apreenderem e pagar-lhe-á o preço dos que tiver vendido.

Parágrafo único. Não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta, pagará o transgressor o valor de três mil exemplares, além dos apreendidos.

- **8.** Aquele que adquirir, distribuir, ocultar, expuser, vender ou tiver em depósito Conteúdo do CERS reproduzido com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, lucro direto, para si ou para outrem, poderá ser solidariamente responsável com o contrafator.
- 9. O uso indevido do Conteúdo da Plataforma será regido e interpretado pelas leis da República Federativa do Brasil, independentemente dos conflitos dessas leis com leis de outros estados ou países, sendo competente o Foro da Comarca de Recife, PE, no Brasil, para dirimir qualquer dúvida decorrente deste instrumento. Você consente, expressamente, com a competência desse juízo, e renuncia, neste ato, à competência de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
- 10. A FACULDADE CERS possui uma equipe exclusiva para identificar a venda e compra de nossos produtos por sites não autorizados. Caso você tenha uma denúncia sobre pirataria contra o CERS, envie uma mensagem através site cers.com.br, aba "contato", fornecendo as evidências da comercialização, compartilhamento, uso ou qualquer tipo de exploração irregular de aulas e materiais de apoio da FACULDADE CERS. Produtos FACULDADDE CERS, só o original. PIRATARIA É CRIME. Ajude-nos a combater esta prática.

Última atualização: 11.06.2021

## DISCLAIMER

11. O CERS informa que o canal oficial para aquisição de seus cursos é o *site* <a href="https://faculdade.cers.com.br">https://faculdade.cers.com.br</a>. Todos os cursos que disponibiliza são protegidos pela Lei de Direitos Autorais, pela Constituição Federal, e demais legislações aplicáveis. Assim, cursos vendidos, comprados ou adquiridos fora da plataforma oficial são provenientes da prática de pirataria e, portanto, sujeitam os responsáveis às medidas cíveis e criminais aplicáveis, bem como às respectivas consequências, inclusive passíveis de impactar negativamente na aprovação de eventuais candidatos a um concurso público. Produtos FACULDADDE CERS, só o original. PIRATARIA É CRIME. Ajude-nos a combater esta prática. Para denunciar a pirataria contra o CERS, envie uma mensagem através do site cers.com.br, aba "contato".